

Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado

City postmodern gentrification and the social
production of fragmented space

Luís Mendes

Resumo

É indubitável que as últimas décadas têm assistido à formação de um novo tipo de cidade a que, por comodidade e na falta de melhor expressão, se designa de pós-moderna. A cidade compacta, de zonamento social estanque e de limites precisos, cujo centro evidencia uma relativa homogeneidade social, estilha-se num conjunto de fragmentos distintos onde os efeitos de coesão, de continuidade e de legibilidade urbanística dão lugar a formações territoriais mais complexas, territorialmente descontínuas e sócio e espacialmente enclavadas. Daremos particular atenção às formulações teóricas que defendem que essa tendência de gentrificação, enquanto processo específico de recentralização socialmente seletiva nas áreas centrais da cidade, tem contribuído para a fragmentação social e residencial do espaço urbano contemporâneo.

Palavras-chave: gentrificação; fragmentação urbana; cidade pós-moderna; cultura de consumo; esteticização da vida social.

Abstract

A new type of city has undoubtedly been taken shape in latest decades which, by convenience and lack of better wording, we call postmodern city. The compact city, of sealed social zoning and precise limits, whose centre shows a relative social homogeneity is torn in a group of distinct fragments where the effects of cohesion, continuity and urban readability give way to more complex and discontinuous territorial formations, which are socially and spatially enclaved. We will focus on theoretical formulations whose claims are that the gentrification tendency, as a specific process of socially selective recentring in the city's central areas, has contributed to a social and residential fragmentation of contemporary urban space.

Keywords: gentrification; urban fragmentation; postmodern city; culture of consumption; aestheticisation of social life.

Introdução

Ao longo do último quarto de século, têm surgido reflexões pertinentes de que as cidades do mundo ocidental ingressaram numa nova Era da sua história. Essas ideias sugerem que, conquanto ainda sejam cidades produzidas por uma sociedade moderna, elas passaram por mudanças de tal alcance que não podem ser mais aceites pelas velhas designações, nem estudadas no contexto das teorias urbanas convencionais. Em resultado de todo um conjunto de transformações relacionadas com a reestruturação econômica global e a compressão espacio-temporal propiciada pelas melhorias significativas nos transportes e pelas novas tecnologias da comunicação, as cidades de maior dimensão das sociedades capitalistas do mundo desenvolvido têm registrado alterações profundas em vários domínios fundamentais da vida urbana: na base econômica, na composição sociocultural, na estrutura urbana, na política e gestão, entre outros. É já seguramente consensual para um número crescente de autores que se assiste, nas últimas décadas, à formação de um novo tipo de cidade que, por comodidade e na falta de melhor expressão, se designa de “pós-moderna”, “pós-industrial” ou “pós-fordista”.

Porém, de fato, existem aspectos incontornáveis na dinâmica urbana relativamente aos quais se poderá dizer, de há umas décadas para o presente, que se está a experimentar um período de transição de paradigma, sendo embora muitas as cautelas teóricas que chamam a atenção para o fato de a incidência

de aspectos que se encontram em relação de descontinuidade com o passado, não significar forçosamente que entre as diferenças não permaneçam vestígios familiares e sinais de continuidade com a Modernidade. Um tipo de resposta às diversas transformações que se têm vindo a processar no nível da condição urbana consistiu na defesa do ponto de vista de que as mesmas representam variações de um tema contínuo, manifestações da crise recorrente da cidade moderna. As mudanças são frequentemente conceptualizadas apenas como sintomas passageiros no seio de uma modernidade urbana basicamente contínua e não como vestígios da emergência de uma forma de vida social urbana potencialmente nova.

É indubitável que as últimas décadas têm assistido à formação de um novo tipo de cidade a que, por comodidade e na falta de melhor expressão, se designa de pós-moderna. A cidade compacta, de zonamento social estanque e de limites precisos, cujo centro evidencia uma relativa homogeneidade social, estilhaça-se num conjunto de fragmentos distintos onde os efeitos de coesão, de continuidade e de legibilidade urbanística dão lugar a formações territoriais mais complexas, territorialmente descontínuas e sócio e espacialmente enclavadas. Esse processo deve-se, em parte, ao fato de, desde finais dos anos 60, o mercado de habitação das cidades do capitalismo avançado, respondendo a uma crescente fragmentação e complexidade sociais, ter vindo a sofrer transformações significativas, através da emergência de novos produtos imobiliários e de novos formatos de alojamento, influenciando a organização espacial urbana

no sentido de uma maior segregação a micro-escala (Smith, 1996). Nesse contexto, o processo de gentrificação pode ser encarado como um dos processos espaciais mais visíveis dessa ampla mutação socioeconômica, como materialização no espaço urbano desse profundo processo de reestruturação que experimentam as sociedades ocidentais de capitalismo avançado, sob o signo de afirmação de uma condição pós-moderna.

Daremos particular atenção às formulações teóricas que defendem que essa tendência de gentrificação, enquanto processo específico de recentralização socialmente seletiva nas áreas centrais da cidade, tem contribuído para a fragmentação social e residencial do espaço urbano contemporâneo. A chegada de novos moradores à cidade centro, portadores de um estilo de vida muito próprio, introduz profundas alterações no tecido social e produz uma apropriação social pontual e reticular do espaço da cidade. É da recentralização seletiva e da substituição social que a gentrificação enquanto processo de recomposição urbana envolve, que devemos reter o tributo para a construção de uma cidade crescentemente fragmentada. Assim, o presente texto trata-se de um ensaio teórico e exploratório dessa problemática, desprovido de fundamentação empírica direta, seguindo uma metodologia hipotético-dedutiva, pelo que a sua construção parte de postulados ou conceitos já estabelecidos na literatura consultada, através de um trabalho lógico de relação de hipóteses, que configura, a nosso ver, uma possível perspectiva de interpretação dos fenômenos em estudo.

Da condição urbana pós-moderna

O conceito de pós-modernidade tem sido invocado para descrever os desenvolvimentos ocorridos num certo número de áreas, tais como a arquitetura, a arte, a literatura, o cinema, a música, a moda, as comunicações, as experiências do espaço e do tempo, os aspectos da identidade, assim como as respectivas reflexões sobre essas e outras questões mais vastas da vida social empreendidas no âmbito da filosofia, da política e da sociologia e, também, na geografia.

É vasta a literatura científica que acumula contribuições válidas em considerar a questão da pós-modernidade uma problemática relevante no discurso social, econômico, cultural político e epistemológico.¹ A pós-modernidade, não só como uma condição social, econômica e política contemporânea, mas também, e sobretudo, como forma de reflexão e de resposta à acumulação de indícios sobre os limites e as limitações da modernidade. A pós-modernidade como condição indispensável de discussão das dúvidas, das incertezas e das ansiedades que parecem cada vez mais ser o corolário de uma modernidade inacabada. A obra lapidar de Boaventura de Sousa Santos (1989) demonstra que a ciência moderna se encontra mergulhada numa profunda crise e que experimentamos uma época de transição paradigmática entre o paradigma da modernidade e um novo paradigma, de cuja emergência se vão acumulando sinais evidentes, e a que, na falta de melhor designação, apelamos de pós-modernidade.

Um dos primeiros pontos, senão o primeiro, que importa discutir a respeito da pós-modernidade é o de saber não só “o que significa”, mas também, e sobretudo, em caso de significar algo, “qual o sentido daquilo que significa” (o que se pressupõe ser diferente daquilo que é designado por outros conceitos e/ou paradigmas). O prefixo “pós-”, se é certo que pretende expressar, antes de mais, uma resposta à modernidade, quer como uma oposição/ruptura, quer como sua continuidade diferenciada, também remete, numa primeira abordagem, para um certo esgotamento das taxinomias. Assim sendo, importa investigar se se pode mesmo falar da pós-modernidade como um novo paradigma (ou não paradigma) e, em caso afirmativo, em que consiste e como conceber os seus princípios teóricos. Não é esse o objetivo do presente trabalho.

Não obstante as críticas aos excessos do discurso pós-moderno, o estudo do seu pensamento afigura-se indispensável, pois se ainda que o debate teórico que originou repercutiu um escasso eco na geografia enquanto ciência espacial, a verdade é que as suas perspectivas de compreender o mundo e a ciência modificaram as coordenadas de orientação da cultura ocidental. Interessa-nos, todavia, e acima de tudo, produzir uma breve reflexão em torno do enfoque incontestável de interesse com que a pós-modernidade tem vindo a apresentar a política da diferença, das “margens”, do consumo cultural e dos novos estilos de vida urbanos que marcam a paisagem da cidade contemporânea, a identidade “descentrada” do *gentrifier* e uma produção do espaço urbano fragmentado.

Nas últimas três décadas, o debate epistemológico e social sobre a condição pós-

-moderna interceptou com frequência o da cidade (Cachinho, 2006). E existem análises da modernidade do espaço urbano e das suas consequências que sugerem que é agora necessário conceber e utilizar a noção de pós-modernidade para se conseguir compreender devidamente a condição urbana atual da gentrificação. Na verdade, a aplicação do adjetivo “pós-moderno” sugere que o fenómeno urbano se acha hoje numa fase de transição, em que estão menos presentes as características e os princípios que se lhe atribuíam no “período moderno”, senão mesmo correspondendo à ideia geral de um esgotamento da experiência urbana que representou. Sugere-se implicitamente que os novos caracteres que se têm vindo a delinear ainda não configuram um modelo coerente ao ponto de garantir uma definição efetiva e uma aplicação completamente descomplexada do adjetivo “pós-moderno” à cidade e ao espaço urbano.

De acordo com uma aproximação em termos de ciclos, podemos então pôr a hipótese de que entramos num novo ciclo da vida da cidade, qualificado frequentemente de pós-fordista. Essa denominação é também um pouco ambígua, pois supõe a superação completa do fordismo e do paradigma do ciclo precedente, o que não é exatamente o caso. É, todavia, já seguramente consensual para um número crescente de autores, que se assiste, nas últimas décadas, à formação de um novo tipo de cidade que, por comodidade e na reconhecida falta de melhor expressão, se designa de “pós-moderna”, “pós-industrial” ou “pós-fordista”.

De um ponto de vista económico, o novo ciclo que se inicia é marcado pela globalização (internacionalização), pela procura de novos

tipos de produtividade, de flexibilidade, de polivalência, de procura sistemática da velocidade, da experimentação de novos modos de organização econômica, do desenvolvimento dos transportes e das telecomunicações. Em consequência disso, enquanto que a época fordista se mostrava dominada por uma tendência geral para a concentração das atividades produtivas em grandes polos urbanos, o período mais recente assiste a uma presença simultânea de impulsos centrífugos e centrípetos. Os primeiros dizem respeito às atividades industriais e, sobretudo, às que produzem bens de largo consumo. Os impulsos centrípetos, em contrapartida, referem-se sobretudo às atividades terciárias mais qualificadas, da finança aos centros de consultadoria e de *marketing*, da pesquisa às atividades ligadas à cultura e à informação. Essa transição para o novo regime de acumulação flexível de capital, lê-se no território através do aumento da fragmentação urbana e de um mapeamento mais complexo das atividades e das funções urbanas. Nas teorias da condição urbana pós-moderna, a cidade é hoje apreendida como um "sistema complexo", irredutível à separação em funções elementares e em zonas estanques. Ela deve ser concebida como uma realidade flexível que se pode adaptar e modificar ao longo do tempo, ao contrário da produção massificada dos grandes conjuntos habitacionais, ilustração dramática da rigidez do período moderno. O urbanismo deve ser "ágil" e realizar-se mais a partir de projetos urbanos estratégicos do que de planos diretores. O planejamento urbano deve ser mais pragmático, participado e elástico, promovendo a miscigenação funcional e a polivalência. Todas essas características empurram a evolução da cidade para um espaço crescentemente policêntrico,

constituído por diversos polos de emprego, de comércio, de serviços e de lazer, paralelamente a uma desconcentração das atividades e à redução da proeminência do centro tradicional (Ascher, 1998).

Edward Soja (1994), ao apreciar o impacto da reestruturação urbana na estrutura socioeconômica dos espaços urbanos metropolitanos, nas relações de classe e na estratificação dos rendimentos, na organização do trabalho e no mercado imobiliário, bem como na própria natureza da produção social e do consumo de bens e serviços, conclui que

[...] paralelamente à estrutura espacial da metrópole pós-moderna, o sistema socioeconômico vem se tornando ao mesmo tempo crescentemente segmentado e repolarizado, de um modo bem diferente da "cidade dupla" convencional do capital e trabalho, burguesia urbana e proletariado urbano. Velhas e sólidas hierarquias estão ruindo ou, pelo menos, tornando-se instáveis e desorganizados o suficiente para que nossas antigas teorias sociais sobre a cidade se apresentem tão anacrônicas quanto nossas teorias espaciais. (Ibid., pp. 162-163)

A cidade pós-moderna já não evidencia distinções sociais bem demarcadas no sentido de se conseguir distinguir com clareza onde começa uma classe e onde acaba outra. Passa, na verdade, a possuir uma estrutura social mais desestabilizada e desorganizada, cuja dualidade consiste, cada vez mais, numa "subclasse" amorfa e heterogênea de novos pobres urbanos e numa "superclasse" amorfa e heterogênea de executivos, empresários, entre outros níveis profissionais mais qualificados e elevados socialmente. Essa estrutura social típica da cidade pós-moderna deu origem a uma

nova tipologia e vocabulário social, de que é exemplo o constante emprego de termos como os *yuppies* (*young urban professional people*) e os *dinks* (famílias com *double income, no kids*). Ao fim ao cabo, a reestruturação urbana, na qual se insere o processo de gentrificação, contribui para produzir uma cidade extraordinariamente volátil, segmentada, fragmentada, descentralizada, amorfa e impressionantemente heterogênea nas práticas socioculturais, nos modos e estilos de vida e na organização espacial e na gestão de como o território é afetado para cumprir uma diversidade funcional cada vez maior.

A reestruturação da base econômica está associada a uma progressiva desindustrialização dos espaços urbanos e ao incremento da presença de atividades terciárias, fatores que influenciam decisivamente a estrutura funcional das cidades e que redefinem a sua funcionalidade interna, já que se acelera o processo de substituição dos espaços de produção pelos de serviços e de lazer. De fato, assiste-se a uma profunda transformação da funcionalidade da cidade moderna, a qual assentava na componente da produção. A transição da sociedade moderna para a sociedade pós-moderna é caracterizada, entre muitos outros aspectos, por importantes alterações nos domínios demográfico e sociocultural – alterações na estrutura e composição da família (crescimento do número de isolados, aumento das uniões de fato e de casais sem filhos), crescente participação da mulher na esfera produtiva, acesso ao ensino, democratização da educação, entre outros. Todos esses fatores vêm igualmente contribuir para a profunda alteração da estrutura social e dos padrões, condutas e estilos de vida a estas associados, nomeadamente, ao

nível dos padrões de escolha, de (p)referência ao habitat (Ley, 1996).

Como já foi referido anteriormente, o processo de gentrificação contextualiza-se no seio de uma ampla recomposição sociodemográfica, traduzindo-se na constituição de uma suposta “nova classe média” que se diferencia da classe média tradicional (Ley, 1994, 1996; Butler, 1997). Os seus membros ocupam lugares em profissões tradicionais que tendem a crescer e em novas profissões no nível de atividades ligadas ao que Bourdieu (1989) apelidou de “produção simbólica”. São os intermediários culturais, ligados às indústrias culturais, às artes, à publicidade, ao *design*, à moda, à cultura, imagem e *marketing*, arquitetura e decoração, entre outras.

A gentrificação enquanto estratégia urbana global e os novos eufemismos da regeneração urbana: preliminares a uma fragmentação socioespacial

Voltando aos paradoxos inerentes à condição urbana pós-moderna. O princípio da incerteza revê-se na cidade pós-moderna, composta por movimentos simultâneos antagônicos de desconcentração e de recentralização, evidentes também na mobilidade residencial intrametropolitana, com os processos de suburbanização e de gentrificação, respectivamente. Existem áreas urbanas, entretanto, que atraem os interesses dos grupos de estatuto socioeconômico mais elevado e se encontram em regiões

também periféricas, em processo semelhante ao dos subúrbios ricos norte-americanos, mas com peculiaridades locais. Tais regiões normalmente são caracterizadas, principalmente, pela forte presença de condomínios fechados, enquanto enclaves urbanos e fortificados de uma nova ordem privada. Exemplos típicos dessas áreas periféricas ricas no Brasil são a Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro; Interlagos e os condomínios da Serra da Cantareira em São Paulo e Mairiporã. Alguns condomínios existentes em cidades das regiões metropolitanas, como acontece com Alphaville e a Granja Viana, ambos na Grande São Paulo. Assim, são também, às vezes, considerados subúrbios ricos. Isso ocorre, pois a conurbação entre as cidades faz com que as áreas em redor da cidade central se tornem subúrbios devido aos crescentes movimentos pendulares de interdependência. Pode-se, falar, em alguns desses casos identificados e estudados por Flávio Villaça (1998) e Teresa Caldeira (2008), em gentrificação dos espaços periféricos, correspondendo àquilo que Neil Smith (2002) caracterizou relativamente à difusão do fenômeno para além do característico perímetro central (cidade centro, *inner city*). De anomalia local e esporádica, limitada à cidade centro, a gentrificação passou a constituir-se como estratégia global ao serviço dos urbanismo neoliberal e dos interesses da reprodução capitalista e social, tendo-se generalizado por todo o mundo urbano. É certo que, na realidade, essa evolução evidencia-se de diferentes formas, em diferentes bairros e cidades, e segundo ritmos temporais diferentes. Por ser uma expressão da formação socioeconômica capitalista subjacente e mais ampla, a gentrificação numa cidade específica irá exprimir as particularidades da constituição do seu espaço

urbano. Em diferentes graus e a partir sensivelmente dos anos 90, a gentrificação evoluiu em muitos casos no sentido de uma estratégia urbana crucial, ao serviço da ofensiva neoliberal levada a cabo pelo setor privado, pelo mercado em geral e pelos governos urbanos.

Segundo Savage e Warde (1993), para que haja gentrificação no espaço urbano, tem de se dar uma coincidência de quatro processos: 1) uma reorganização da geografia social da cidade, com substituição, nas áreas centrais da cidade, de um grupo social por outro, de estatuto mais elevado; 2) um reagrupamento espacial de indivíduos com estilos de vida e características culturais similares; 3) uma transformação do ambiente construído e da paisagem urbana, com a criação de novos serviços e uma requalificação residencial que prevê importantes melhorias arquitetônicas; 4) por último, uma mudança da ordem fundiária, que, na maioria dos casos, determina a elevação dos valores fundiários e um aumento da quota das habitações em propriedade.

Se bem que a definição clássica de gentrificação lançada nos anos 70 diga respeito, sobretudo, aos três primeiros aspectos, é de consenso geral que novas formas de gentrificação têm surgido – sobretudo no fim dos anos 90 – e que uma renovada definição de gentrificação deverá se alargar, sobretudo ao último aspecto, aquele que caracteriza o que de mais específico existe no processo, à luz da evolução das transformações significativas que o mercado de habitação das cidades do capitalismo avançado tem sofrido. A gentrificação trata-se de uma recentralização urbana e social seletiva, alimentada por novas procuras, promotora de uma crescente revalorização e reutilização física e social dos bairros de centro histórico,

indiciando, por conseguinte, novos processos de recomposição da sua textura socioespacial. Essa tendência encontra-se associada à recomposição do sistema produtivo, cuja evolução se pauta por uma crescente terciarização e pela emergência de um novo modelo de acumulação capitalista mais flexível, que reconhece no (re)investimento no centro histórico – de capital imobiliário, e na sua circulação – uma mais-valia. Atualmente, uma nova conjuntura econômica revela a constituição de uma nova forma de gentrificação permeada por processos de promoção e *marketing* imobiliário submetidos à mediação do mercado e que, mais do que nunca, contribuem para transformar o espaço residencial da cidade centro em mercadoria.

Isso significa dizer que o momento atual do redesenvolvimento urbano sinaliza uma transformação no modo como o capital financeiro se realiza no espaço metropolitano de hoje, contemplando a passagem da aplicação do dinheiro do setor produtivo industrial ao setor imobiliário, revelando que o espaço-mercadoria mudou de sentido com a mudança de orientação das aplicações financeiras dos promotores imobiliários (Carlos, 2007). Essas tendências são muito evidentes numa extensão do conceito de gentrificação a casos de renovação e regeneração urbanas. A gentrificação não é um fenômeno novo, contudo, as suas atuais formas distinguem-se dos primeiros episódios pontuais que se restringiam à cidade centro. As principais diferenças entre as novas formas de gentrificação dos anos 90 e a forma clássica do fenômeno do início dos anos 70 são a escala e a extensão. Diversos estudos urbanos nos últimos quinze anos têm relacionado o processo de gentrificação com as numerosas intervenções de renovação e regeneração

urbanas, verificadas ao longo dos anos 80 e 90 em muitas cidades e por vezes favorecidas ou mesmo incentivadas pelas intenções políticas neoliberais dos governos urbanos. A gentrificação, nesses casos, sofre mutações, pois deixa de estar única e exclusivamente associada à reabilitação urbana e passa a estar cada vez mais ligada à regeneração ou mesmo à renovação de inteiros bairros de habitação, situados no centro ou nas suas proximidades e na sua substituição por conjuntos de construções de luxo, integrados, com serviços qualificados, ou outras modalidades de residências de alta qualidade, novos produtos imobiliários destinados a camadas de rendimentos elevados (Lees, Slater e Wyly, 2008).

Já a meados dos anos 90, Neil Smith (1996, p. 39) chamava a atenção de que *"gentrification is no longer about a narrow and quixotic oddity in the housing market but has become the leading residential edge of a much larger endeavour: the class remake of the central urban landscape"*. O que de mais característico o processo de nova gentrificação salienta resulta, em parte, do desenvolvimento irregular e flexível do mercado do solo urbano, integrando-se no processo geral de acumulação flexível de capital, ao serviço dos interesses do mercado imobiliário neoliberal e do desmantelamento do Estado-Providência em matérias de habitação.

Como estudamos já noutros contextos (Mendes, 2008, 2010), a propósito da gentrificação enquanto estratégia global ao serviço do urbanismo neoliberal, Smith (1996, 2001, 2002, 2005) deixa claro que os projetos de regeneração urbana, que suportam a promoção ideológica da gentrificação, alimentam equívocos vários no que diz respeito às

supostas intenções iniciais de reabilitação habitacional e integração/fixação da população de menor estatuto socioeconômico já anteriormente residente nos bairros da cidade centro alvo de intervenção. De resto, nesses contextos, o *filtering up* que a gentrificação pressupõe – pelo processo de substituição social que implica, de classes de menor estatuto socioeconômico pelas de maior – faz antever o acentuar dos traços de segregação socioespacial nas áreas onde o fenômeno tem lugar. Nesses termos, ao mesmo tempo que produto social e meio, o espaço é também instrumento da ação, meio de controle, logo, de dominação e de poder, que produz simultaneamente uma hierarquia dos lugares centrada no processo de acumulação, uma (re)centralização do poder. Imbuído de um papel de intervenção e crítica social, Neil Smith tem denunciado já há algumas décadas, mas sobretudo recentemente, que o discurso “regenerativo” da gentrificação no âmbito de políticas urbanas de valorização da imagem da cidade ainda que vise a fixação da população já existente, a modernização do tecido econômico, o aumento do emprego e o crescimento econômico; a verdade é que não deixa também de funcionar como mecanismo de legitimação do poder instituído e da mobilização de grande investimento público que, em última análise, é desviado do auxílio aos mais carenciados, funcionando como subsídio aos mais ricos (Banca, instituições financeiras, grandes grupos econômicos e de construção civil, empreendedores, governantes, etc.).

Como dedução preliminar dessas intenções, poderá dizer-se que Smith insiste nos princípios que estabelecem que na sociedade capitalista o conjunto de leis que a regem é necessariamente burguês (sob domínio das

classes dominantes, em termos sociais e econômicos) e existe para servir os interesses do capital e não da maioria social. O mesmo pode ser dito do Estado que, mesmo sob o disfarce liberal e formalmente voltado (no sentido de discurso teórico) para o interesse de toda a sociedade, representa particularmente sob este modo de produção a dominação da “classe burguesa”, isto é, dos grupos de maior estatuto social e econômico e dos interesses do capital. As intervenções públicas que provocam valorização da cidade desencadeiam mecanismos contraditórios de expulsão e de reapropriação. As novas políticas urbanas traduzem uma maior orientação para o mercado e para os consumidores, em detrimento das classes mais desfavorecidas. O autor reconhece que, em larga medida, o desenvolvimento de parcerias público-privado que nesse quadro é frequente se desenhar, constitui um verdadeiro subsídio aos mais ricos, ao tecido empresarial mais poderoso e às funções e relações estratégicas de controle, poder e dominação do espaço urbano, condição fundamental na perpetuação da reprodução do capital, premissa essencial para o suporte do sistema de produção e consumo capitalista. Tudo isso à custa dos investimentos em serviços locais de consumo coletivo. É que se, em última análise, a atração e o crescimento propiciados pela gentrificação a todos beneficiam, em primeiro lugar ganham os promotores imobiliários, as empresas e as instituições financeiras, muito frequentemente à custa da expulsão dos residentes e das empresas mais débeis dos lugares requalificados, lançados por via dessa (des)valorização, num processo de exclusão. A seletividade dos investimentos favorável à reprodução do capital implica o abandono, o esquecimento e a menor atenção

à “cidade da maioria”, com particular gravidade para as áreas mais carenciadas onde se concentram os mais desfavorecidos. É a emergência da cidade revanchista produzida pela ofensiva neoliberal e que Smith tem explorado mais recentemente (1996, 2001, 2002, 2005). O autor desvendou, dessa forma, a máscara social de compreensão e “bondade institucional” inerentes a estes recentes produtos imobiliários da nova gestão urbana, argumentando como eles promovem uma lógica de controle social favorável à reprodução do capital e às classes dominantes.

Do ponto de vista da emergência de novos produtos imobiliários e de novos formatos de alojamento no nível da gentrificação, com consequências na organização espacial urbana, teremos de destacar os condomínios fechados (Barata Salgueiro, 1994; Raposo, 2002; Caldeira, 2008). A generalização dos condomínios privados sob a forma de enclaves urbanos, especialmente nos espaços periféricos, comprovam a mudança de escala de produção social do espaço e de definição da gentrificação nas últimas décadas. Estamos longe dos primórdios da gentrificação enquanto fenômeno urbano anômalo, ligeiro e banal, circunscrito à cidade centro. Presencia-se, na atualidade, a uma fronteira da gentrificação que transbordou os limites do perímetro central da cidade e se estendeu a espaços e dinâmicas imobiliárias mais amplas, incluindo as construções antigas e ainda intatas, nos distritos mais afastados que foram atingidos pelo fenômeno. Segundo Smith (2002), o modelo de difusão varia bastante e é influenciado por elementos relacionados com a arquitetura, com condições/amenidades ambientais únicas, tais como parques verdes ou espelhos de água, mas acima de

tudo é adaptado aos movimentos históricos e cíclicos de investimento e desinvestimento de capital no ambiente construído em meio urbano. Importando a tese de *rent gap* desse autor ao raciocínio de expansão da gentrificação na periferia urbana, quanto menores tiverem sido os investimentos na periferia, menores serão os desinvestimentos nos bairros abandonados da cidade centro, e menor terá sido a difusão da gentrificação. Por isso mesmo, nas cidades em que a maior parte da extensão espacial é mais recente, e nas quais as oportunidades de desinvestimentos prolongados foram mais circunscritas, do mesmo modo a difusão da gentrificação será limitada.

À semelhança de outras formas socioespaciais como os centros comerciais regionais, parques de escritórios, *outlets*, parques temáticos, entre outros, os condomínios fechados devem ser percebidos como um dos produtos imobiliários que melhor preenche e caracteriza de modo distintivo a produção social do espaço urbano da atualidade, estando associados a uma nova organização territorial da cidade, frequentemente descrita como pós-moderna e fragmentada.

Fragmentação, apropriação pontual e reticular do espaço urbano e descentração do *gentrifier*

A gentrificação é sempre, por definição, um processo de “filtragem social” da cidade. Vem despoletar um processo de recomposição social importante em bairros antigos das cidades, indiciando um processo que opera no mercado

de habitação, de forma mais vincada e concreta nas habitações em estado de degradação dos bairros tradicionalmente populares. Correspondendo à recomposição (e substituição) social desses espaços e à sua transformação em bairros de classes média, média-alta, não se pode deixar de referir, por conhecimento deste processo de “substituição social”, o reforço da segregação socioespacial na sua sequência, aprofundando a divisão social do espaço urbano. A verdade é que a apropriação pontual do espaço, característica da gentrificação, introduz mudanças na escala da segregação socioresidencial produzida. Esta far-se-á, doravante, e contrariamente ao que acontecia na cidade moderna, a uma escala micro de maior complexidade, baralhando o primórdio da divisão social da cidade em manchas homogêneas, inerente ao princípio de zonamento funcional associado à cidade industrial.

Assim, quando se assiste à emergência de empreendimentos destinados à habitação de grupos de estatuto socioeconômico mais elevado em bairros históricos de características essencialmente populares, verdadeiros enclaves de luxo no seio de áreas de residência de classes baixas, facilmente se conclui que a gentrificação é um exemplo de uma nova organização do espaço urbano, reforçando uma estrutura fragmentada, típica da cidade pós-moderna. Queremos, todavia, realçar que uma característica central das geografias pós-modernas da gentrificação é a fragmentação urbana, e que deriva da recentralização seletiva inerente ao processo. Essa fragmentação encontra-se presente quer na implantação pontual dos novos produtos imobiliários dirigidos aos potenciais *gentrifiers*, quer na apropriação socioespacial descontínua que o *gentrifier* faz do bairro e da

cidade, quer na natureza cada vez mais poliédrica e camaleônica da sua identidade, inerente à sua condição de indivíduo na cidade pós-moderna, como desenvolve Cachinho (2006) a propósito do consumidor.

Por fragmentação do território deve entender-se “uma organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socioespacial que os cerca” (Barata Salgueiro, 1998, p. 225). A autora faz notar que o que define o enclave não é tanto a sua dimensão (que se podia pressupor reduzida), mas o tipo de relação (ou melhor a não relação) com as áreas envolventes que lhe são contíguas em termos territoriais, porém, desprovidas de continuidade social e funcional. O processo de gentrificação que ocorre na cidade centro de várias metrópoles do mundo de capitalismo avançado aparenta, assim, corroborar a tese, advogada por Barata Salgueiro (1997, 1998, 1999, 2001), da cidade pós-moderna, enquanto espaço fragmentado. A cidade compacta, de limites precisos, cujo centro evidencia uma relativa homogeneidade social, estilhaça-se num conjunto de fragmentos distintos onde os efeitos de coesão, de continuidade e de legibilidade urbanística dão lugar a formações territoriais mais complexas, territorialmente descontínuas e sócio e espacialmente enclavadas (Graham e Marvin, 2001). É, igualmente, nesse sentido que Sposito (2011) defende que se devem ler as geografias das áreas, dos eixos, das redes e dos fluxos não apenas como continuidades, mas também como rupturas, não apenas como partes de uma totalidade, mas como fragmentos que podem não compor uma unidade coesa.

As implantações dos projetos imobiliários dirigidos aos *gentrifiers* apresentam um

caráter pontual, introduzindo uma diferença brusca em relação ao tecido social envolvente. A estrutura urbana que promovem caracteriza-se pela emergência de enclaves que são dissonantes no seio de um tecido com uma certa homogeneidade socioespacial. Digamos que existe contiguidade espacial, mas não continuidade social e funcional, pelo que predomina a dessolidarização do entorno próximo, pois os novos moradores e as atividades em que participam produzem-se cada vez mais em redes de relações. Cada *gentrifier* constrói assim uma rede de ligações sociais transversal aos vários espaços de residência, pelo que os laços fortes de solidariedade e de amizade tendem a ultrapassar a geografia do bairro.

Na cidade pós-industrial assiste-se a uma gradual perda de importância do fator “proximidade territorial” na estruturação das relações sociais. De fato, o “próximo” deixa de ser o “mesmo”. As relações sociais dos novos moradores estão cada vez menos focalizadas no espaço do bairro e nos vizinhos. Cada indivíduo pode combinar à sua maneira a relação de proximidade e a relação de distância, numa diversificação profusa de relações com os mais diversos círculos sociais (Remy, 2002; Navez-Bouchanine, 2002; Miguel do Carmo, 2006). Isso graças, entre outros fatores, às melhorias nos transportes e comunicações, que reestruturam o padrão das acessibilidades individuais, libertando muitas localizações dos constrangimentos da proximidade (Barata Salgueiro, 1998; Poche, 1998). Não é possível ver a cidade atual como unidade, pois não parece haver o dentro e o fora, até porque não é possível mais delimitá-la, já que mesmo que se procure delimitar, as interações espaciais colocam em

relação à ordem próxima e à ordem distante, num período em que as tecnologias da informação e da comunicação se combinam com as formas de deslocamento material de pessoas e mercadorias (Sposito, 2011).

O território urbano apresenta, atualmente, novos moldes de organização espacial, uma nova construção e funcionamento do espaço, através daquilo a que Santos (1988, 1994, 2006) designou por uma diferenciação entre o peso das horizontalidades e verticalidades. Enquanto as horizontalidades são os domínios da contiguidade, dos lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, uma mesma realidade socioespacial – modo preferencial e dominante de organização do espaço na cidade dita industrial; as verticalidades são formadas por pontos distantes uns dos outros, que apenas as práticas sociais unificam, isto é, ligados por formas e processos sociais desenvolvidos num espaço-rede. É a noção de rede que constitui a realidade da nova organização espacial e na qual Santos constrói o conceito de verticalidades. Esse autor contraria, contudo, a ideia de substituição simples do chamado “espaço banal” pelo espaço em rede:

Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e espaço de alguns. O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas. (Santos, 1994, p. 16).

É recuperando esse raciocínio de Santos que se poderá deduzir que os lugares da gentrificação tanto podem participar nas ditas verticalidades como nas horizontalidades. Se a população autóctone nos bairros gentrificados privilegia uma apropriação social do espaço típica das horizontalidades, na população *gentrifier*, por ser dotada de maior capacidade de mobilidade, predominará uma redução das possibilidades de afirmação das formas de viver cujas práticas de sociabilidade sejam baseadas numa espacialidade contígua, na vizinhança do bairro. As práticas culturais e sociais dos *gentrifiers* reproduzem, em princípio, formas de apropriação do espaço que são concomitantes com a fragmentação das formações territoriais. A gentrificação insere-se, por conseguinte, no contexto contemporâneo de desenvolvimento das relações sociais, caracterizado pela fragmentação que faz explodir os territórios anteriormente encerrados em moldes rígidos de zonamento social e funcionalmente homogêneo. A estrutura social e funcional dos lugares, anteriormente homogênea e relativamente uniforme (característica da cidade industrial), apresenta-se, atualmente, retalhada por uma espacialidade fragmentada, claramente mais heterogênea típica da chamada cidade pós-moderna, comparativamente à anterior. As dinâmicas territoriais do desenvolvimento das metrópoles ditas pós-modernas deixam de apresentar uma estrutura decisivamente monocêntrica, tão determinadas por um modelo de organização espacial tão singularmente polarizado por forças centrífugas e centrípetas. No dizer de Soja (1994, p. 154)

A nova metrópole é crescentemente “descentralizada” e cada vez mais um mosaico de desenvolvimento geograficamente desigual sobreposto às lentas concentricidades e cunhas setoriais da clássica cidade capitalista industrial. A mistura das novas e velhas formas (visto que as velhas certamente não desapareceram) está hoje desafiando nossas definições convencionais de urbano, suburbano, exurbano e rural, obrigando-nos a repensar as premissas básicas da teoria e da análise urbanas.

Para Carlos (1994, 2007, 2008), a fragmentação do espaço urbano encontra-se intimamente associada com o processo de globalização econômica e cultural que produz modelos éticos-estéticos, gostos, valores, modas, comportamentos, representações, e se constitui, por via da fragmentação do espaço, um elemento fundamental a ter em conta na reprodução das relações sociais, no quotidiano, em que a apropriação social do espaço é maioritariamente mediada pelo valor signo/mercadoria.

Esta fragmentação que se aprofunda divide o espaço em parcelas cada vez menores, que são compradas e vendidas no mercado, como produtos de atividades cada vez mais parceladas. Mundializado, o espaço fragmenta-se por meio de formas de apropriação para o trabalho, para o lazer, para o morar, para o consumo, etc. (Carlos, 1994, p. 193)

O problema da identidade moderna era o de como se construía uma identidade, mantendo-a sólida e estável. O problema da identidade pós-moderna é, em primeiro lugar, o de

como evitar a fixação e manter as opções em aberto. No contexto da cidade pós-industrial, as diferentes apropriações do espaço derivam da agregação temporária e fluída, estabelecida entre as várias ligações sociais (Bauman, 1995, 2000, 2004) ou, dito de outro modo, decorrem da agregação das várias escolhas e vontades interindividuais. As “velhas” identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio. Novas identidades surgiram, entretanto, deixando o indivíduo moderno fragmentado, subscrevendo trajetórias múltiplas e fluentes. A “crise de identidade” faz parte de um processo amplo de mudanças que, segundo Hall (2005), está a deslocar as estruturas e os processos centrais das sociedades modernas e a abalar os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. A apropriação do espaço particulariza-se em função das diferentes ramificações que estruturam a vivência quotidiana do indivíduo, doravante, cada vez mais fragmentada (Miguel do Carmo, 2006).

Esses são os elementos centrais da celebração pós-moderna das dimensões fragmentadas e multidimensionais da experiência socioespacial do *gentrifier*, indo de encontro à obra de Deleuze e Guattari, e também à de Lyotard, onde se sublinha o fato de a experiência contemporânea ser uma de fragmentação, desordem e polivalência. Ora, esses atributos estendem-se da identidade social ao território urbano. As geografias pós-modernas da gentrificação atacam a ontologia unidimensional imposta pelo estruturalismo, nomeadamente o ímpeto de controlo e de certeza que tenta categorizar o sujeito *gentrifier* como unificado e o seu perfil como perfeitamente tipificado. A tendência de estetização da vida social, que

pode ser entendida como o projeto de tornar a vida uma obra de arte, enquadra-se neste contexto e empresta as figuras do *dandy*, do *flâneur*, personificações do estilo de vida boêmio e *blasé*, que privilegia as sensações e as experiências de vida na produção do entendimento da realidade social, ao perfil social do *gentrifier* (Bowler e Mcburney, 1991), bem como, em geral, à vida mental das grandes metrópoles, tal como teorizado por Georg Simmel (2009 [1903]).

O discurso simmeliano foi profícuo e visionário em analisar o papel da grande cidade no decurso da fase madura da civilização industrial de finais do século XIX e início do século XX. Juntamente com o dinheiro e favorecendo um modo de vida mais heterogêneo, multiplicando e misturando as diferenças, fomentando a tolerância, acelera-se o tempo histórico, cultiva-se a originalidade mesmo se expressa no exagero, alarga-se o espaço de ação, da iniciativa e da concorrência, fazendo emergir o comportamento *blasé*. Paradoxalmente, este, que vive em plena ebulição das diferenças e da novidade, arrastado pela crescente mobilidade social e pela multiplicação dos vínculos ocasionais ou meramente formais, submerge cada vez mais na indiferença do meio urbano, assolado pela racionalidade objetivante e instrumental. Simmel (2009 [1903], pp. 84-87) escreve:

Os mesmo fatores que, assim, na exatidão e na precisão de minutos da forma de vida, convergem para uma formação da mais alta impessoalidade, atuam, por outro lado, de um modo altamente pessoal. Talvez não haja nenhum fenômeno anímico, que esteja reservado de modo tão incondicional à grande cidade, como o caráter *blasé*. [...] Nela culmina de certo modo aquele resultado da concentração

de homens e coisas que estimula o indivíduo à sua máxima atuação nervosa: através da simples intensificação quantitativa das mesmas condições, este resultado inverte-se no seu contrário, no fenômeno peculiar de adaptação que é o caráter *blasé*, em que os nervos descobrem a sua derradeira possibilidade de se ajustar aos conteúdos e à forma da vida na grande cidade, renunciando a reagir a ela [...]. Simmel conclui, contudo, que o que pode aparentar ao cientista do social e urbano como uma dissociação na configuração da vida na grande cidade, é, na realidade, apenas uma das suas formas elementares de socialização.

A tradicional e bem definida correspondência entre dado estatuto socioeconômico e consumo e práticas sociais, com disposição territorial em mancha homogênea contínua (típica da cidade industrial moderna), desmembrou-se, na medida em que a maior parte dos estatutos culturais atuais se encontram localizados em redes difusas, cuja pertença deriva menos do local de residência, das relações familiares ou do meio socioeconômico. Nesse contexto, Sposito (2011) frisa que não existe unidade espacial na cidade atual, pois a ação sobre o espaço e a sua apropriação são sempre parcelares. Diferentes pessoas movimentam-se e apropriam-se do espaço urbano de acordo com diferentes modos que lhe são peculiares, segundo condições, interesses e escolhas que são individuais, mas que são, simultaneamente, determinados historicamente, segundo diversas formas de segmentação: idade, perfil cultural, condições socioeconômicas, categoria socio-profissional, preferências de consumo de bens e serviços, bem como configuração dos estilos de vida, etc. A multipertença simultânea de cada indivíduo a diversos grupos com diferentes

referências, mutável, além do mais, em função dos ciclos de vida, confere uma componente camaleônica ao modo de vida urbano típico do *gentrifier*, donde advém uma aparência caótica e uma dificuldade acrescida de operacionalização de categorias metodológicas capazes de detectar as práticas (Beauregard, 1986).

Nos trabalhos de Deleuze e Guattari (1995, 2004) essa permeabilidade e contingência espaciais são expressas pela metáfora do rizoma, uma concepção pós-estruturalista de estrutura, em que as ligações são sempre (des)construídas em níveis diferentes e dentro de múltiplas ordens de escalas territoriais. É nesse sentido que se afigura com bastante dificuldade construir um modelo genérico da apropriação social do espaço segundo a condição urbana pós-moderna, visto ser grande a heterogeneidade das formas de apropriação do espaço e do tempo em diferentes e justapostos contextos societários (Barata Salgueiro, 2002).

O desenvolvimento da sociedade de consumo disponibiliza um tal número de alternativas identitárias que torna impossível de deduzir ou relacionar determinado tipo de práticas culturais à espacialidade a que está implicitamente associado determinado estatuto socioeconômico do *gentrifier*. Pode-se dizer, no seguimento da proposta de Barata Salgueiro (1997), que se tende para uma apropriação pontual do território urbano, em detrimento da tradicional apropriação extensiva e em mancha de uma determinada zona. O território continua a participar na identificação dos indivíduos, contudo, a apropriação é agora mais seletiva e feita em um nível micro, quando interdependências funcionais ou de interesses se sobrepõem à solidariedade de vizinhança e às dependências de proximidade, na base das relações sociais.

Assume relevância o aumento da diversidade social associada a novos padrões de consumo, à pluralidade de estilos de vida que produzem novas e diversificadas procuras culturais. A gentrificação assiste, enquanto fenômeno de reestruturação urbana, a um aprofundamento de especificidades e particularismos sociais, que se refletem numa crescente diferenciação das práticas sociais e culturais. Estas, por sua vez, espelham-se em espacialidades em rede, formando um tecido social complexo e difícil de decifrar. O movimento teórico no sentido da teorização das questões de pequena escala num contexto de forças mais amplas tem desviado o movimento de estudo das forças maiores produtoras da gentrificação. São os indícios de um espaço urbano mais diferenciado, fragmentado e poliédrico, que anunciam uma condição pós-moderna da vida social.

Para Nicolas (1994), a fragmentação na apropriação social do espaço e do território decorre em larga medida das transformações recentes no nível da economia e das inovações tecnológicas, das quais resulta um novo modo de articulação entre o espaço e o tempo, que o autor identifica como a "simultaneidade espaço-tempo", isto é, a possibilidade de que em diferentes setores territoriais ocorram fenômenos interligados. A nova apropriação social do espaço pelos vários grupos sociais passa a ser mediada pelo individualismo contemporâneo, o que a torna menos susceptível a tipologias de classificação e a correspondências socio-espaciais. A fragmentação do espaço urbano implica modificações nas leituras possíveis de uso do território. Este deixa de poder ser entendido segundo uma leitura unidireccional e linear, no sentido de continuidade, para passar a ser entendido como susceptível de uso

simultâneo por vários grupos sociais, segundo apropriações sincrônicas, em que cada uma delas lhe imprime uma lógica correspondente ao seu modelo societário, mas em descontinuidade com a presente na realidade socioespacial do grupo vizinho.

As novas formas territoriais nas quais se podem reconhecer fragmentação e diminuição ou mesmo desaparecimento da contiguidade não podem ser lidas apenas como um mero processo decorrente das novas tecnologias da comunicação, informação e mobilidade. Deverão também ser percebidas como traduzindo um padrão espacial de organização do território pelo indivíduo que é mais complexo e heterogêneo, mas também camaleônico, corroborando a representação que aquele projeta de si através da adesão mais fugaz, efêmera e segmentada a hábitos, valores, comportamentos e estilos de vida, de acordo com os gostos ou preferências do momento. Essa vontade de hiperescolha acarreta diversas consequências que levam a uma reorganização importante das relações sociais e do próprio território. Em primeiro lugar, provocam uma rejeição, por parte do novo morador, de tudo quanto é visto como entrave ou simplesmente risco de entrave à liberdade de escolha e de comportamento pessoal. Desse modo, verifica-se com frequência uma desvalorização das relações de vizinhança, na medida em que o vizinho é considerado como susceptível de interferir a qualquer momento em todos os aspectos da vida quotidiana. A partir daí, manifesta-se uma vontade de distanciamento tanto mais forte quanto mais espacialmente próximo for o vizinho e quanto alguns espaços forem de uso comum.

Novamente recorrendo aos escritos de Simmel (2009 [1903], pp. 88 e 89):

O estádio mais antigo das formações sociais, que se encontra tanto nas formações históricas como naquelas que hoje se instituem, é este: um círculo relativamente pequeno, com um fechamento forte perante círculos vizinhos, estranhos ou de algum modo antagônicos, mas com uma união tanto mais estreita em si mesmo, que faculta ao membro singular apenas um espaço restrito para o desdobramento das suas qualidades peculiares e de movimentos mais livres, de que ele próprio é responsável. [...] Na medida em que o grupo cresce, numérica e espacialmente, em significado e em conteúdos de vida [...], o indivíduo ganha liberdade de movimento, muito para lá da circunscrição inicial, ciumenta, e uma peculiaridade a que a divisão do trabalho proporciona oportunidade e urgência.

Essa desvalorização das relações de vizinhança é compensada por diversas tendências que vêm, de algum modo, preencher as perdas que esse comportamento implica. Lembremos que nos colocamos aqui na perspectiva de uma classe média em trajetória social ascendente em sociedades contemporâneas e que as características que evocamos são susceptíveis de articulação, ou mesmo de contradição, para outras posições. Assim, em face dessa desvalorização das relações de vizinhança, essa classe média tende a desenvolver redes de relações funcionais, isto é, relações que não implicam de forma definitiva e global e que são escolhidas em função da utilidade que se reconhece nelas. O projeto individual tornou-se a condição primeira da eficácia coletiva, na medida em que permite valorizar a lógica das escolhas e as modalidades novas de sociabilidade, tendo-se tornado, igualmente, no princípio máximo de fragmentação social e territorial. Simmel (ibid.,

pp. 89 e 94) defende ainda, a este propósito: “a brevidade e a raridade dos encontros com os outros, dispensados a cada indivíduo” conduzem à definição da

[...] tentação de se apresentar de modo mais notório, concentrado e, quanto possível, característico [...] que parece ser o motivo mais profundo pelo qual justamente a grande cidade sugere o impulso para uma existência pessoal mais individualizada [...] que faz explodir o enquadramento do todo.

Sem dúvida que o espaço social urbano da gentrificação se encontra, atualmente, integrado em forma reticular, não dependendo tanto do espaço vizinhos imediatos quanto de lógicas extraterritoriais e não raramente extranacionais, sendo que estas últimas representam justamente o avanço da integração da cidade no movimento da globalização econômica e cultural (Butler e Robson, 2001a, 2001b). A sincronia na retícula não obriga, contudo, à uniformidade com outras redes, pelo que cada *gentrifier* poderá estabelecer ou reforçar a seu belo prazer as redes de sociabilidade que bem entender, independentemente da existência ou não de contiguidade territorial.

Seria pouco consistente afirmar que a lógica da apropriação social do espaço típica da cidade fordista é uma etapa totalmente ultrapassada e, por isso mesmo, que a sua lógica espaço-temporal baseada na contiguidade territorial e na unidade funcional e social de cada setor urbano houvesse desaparecido por completo. Pouco consistente parecem também as perspectivas teóricas que negam a fragmentação espacial da cidade pós-fordista e a apresentação de novas articulações espaciais, em que a apropriação social do espaço se processa

por via de complexas redes de sociabilidade parciais que permitem a integração, num mesmo espaço, de um movimento sincrônico de diversos modelos societários de acordo com o diferencial de grupos sociais que daquele usufruem. Esse reconhecimento da existência e do funcionamento complexo e sincrônico de diferentes lógicas socioespaciais, mesmo em espaços reduzidos no interior das áreas metropolitanas, como seja o espaço-bairro coloca a necessidade ao geógrafo de rever o conceito de espaço social e requer, necessariamente, o privilégio de estudos de escala micro.

Considerações finais

O aumento da mobilidade pelo acesso generalizado ao automóvel, a quantidade de informação recebida (importância dos *mass media*), o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, permitem uma maior diversidade de contatos entre os indivíduos que se segmentam e desmultiplicam em diversos papéis e identidades, mas também pertencem a diversas redes de práticas socioculturais (algumas virtuais como a Internet) que se traduzem em espacialidades de consistência territorial fragmentada e difusa, em práticas culturais partilhadas por diversos lugares afastados entre si e sem continuidade territorial. Para muitos indivíduos, a espacialidade de determinada prática sociocultural já não é mais definida pela continuidade territorial, mas pelo frequentar de uma série de lugares, pontos que apenas as práticas de cada um unificam e dão sentido como conjunto. De fato, cada vez mais os espaços de ação dos indivíduos são formados por

pontos distantes uns dos outros, ligados por práticas culturais e padrões de vida social. Essa situação é a responsável pelo padrão espacial difuso da rede de práticas e apropriação social do espaço, deixando estas de assumir qualquer tipo de continuidade territorial.

Aceita-se hoje que nas situações sociais do seu quotidiano, os sujeitos atuam de acordo com as suas competências identitárias que, ao contrário do que sucedia na modernidade, não são mais estáveis e rígidas, mas tornaram-se transitórias, efêmeras e plurais. São objeto da multiplicidade de escolhas e de possibilidades e, como tal, não permitem o delimitar de um padrão espacial bem definido. Eminentemente relacional e interativa, a identidade mostra-se contingente e remete para uma estrutura pessoal, afetiva, subjetiva que é progressiva e continuamente (re)construída pelos próprios sujeitos (Fortuna, 1994).

A variedade, a justaposição e sobreposição de narrativas e parâmetros interpretativos sobre o mundo e a vida, sobre as identidades sociais, revelam como estas últimas vão sendo hoje destruídas de modo acelerado, cedendo lugar a identidades mais ou menos momentâneas e desordenadas. Aquilo a que Fortuna (ibid.) designou por a “destruição criadora” das identidades. Esse contínuo reajustamento das matrizes identitárias dos sujeitos impõe a necessidade de revisão do significado atribuído aos eixos primordiais em que assentam as identidades típicas da modernidade: a classe socioeconômica, o gênero, a condição laboral, o estatuto educativo e familiar. Assiste-se atualmente ao descentramento dos sujeitos e à problematização das identidades. A tendência parece ser a da busca narcisista da autossatisfação que se faz acompanhar da

construção de personalidades errantes, destituídas de vínculos e compromissos duradouros e sim mais aptos a adesões fugazes a novos “centros” em emergência. O hedonismo pós-moderno anda a par com tendências profundas de avanço do individualismo (por meio da autonomia individual e especificidade pessoal, nas palavras de Simmel), ambos alimentados pelas relações quantitativas, objetivas e funcionais da grande cidade, ambos ancorados na noção de liberdade que o ambiente social urbano confere e permite desde tempos imemoriais, configurando o protótipo da vida mental na metrópole (pós)moderna já estudado pela análise simmeliana.

Ley (1986, 1994, 1996) deixa também muito claro que muito do que se reflete no processo de gentrificação resulta de mudanças no domínio social e cultural que não só repercutem implicações pontuais nas práticas e vivências quotidianas ou nos modelos de representação e valores desses setores sociais mais específicos, mas como também se têm vindo a reforçar no conjunto da estrutura social das sociedades ocidentais contemporâneas. É o caso da emergência do que Lipovetsky (1983) definiu como o individualismo contemporâneo. O universo contemporâneo, dominado pelos objetos, pelas imagens, pela informação e pelos valores hedonistas e permissivos, pela revolução do consumo, pelo culto da libertação pessoal e da descontração gerou uma nova forma de controle dos comportamentos, uma diversificação e transformação dos estilos de vida, uma oscilação constante das crenças e dos papéis sociais assumidos. Melhor dizendo, trata-se de uma nova fase na história do individualismo ocidental, a do processo de personalização.

É a partir do princípio do processo de personalização que o coletivo social se organiza e orienta. Novo modo de comportamentos e que no nível das práticas, vivências, valores e representações da cidade implica uma configuração das práticas e estilos de vida da urbanidade segundo um contexto de distinção social da individualidade (a necessidade da diferença em Simmel, alimentada paradoxalmente pela tendência de esmagadora igualização em meio urbano), que permita o mínimo possível de coação, austeridade, constrangimento e o máximo possível de opções, desejo e prazer. Esse processo de personalização que se estende aos mais variados quadrantes da vida e da atividade humana está na origem de uma intensa diferenciação social da estrutura urbana, contribuindo para aquilo que alguns autores designam por fragmentação territorial e que se tem vindo a aprofundar ao longo do último século, com maior intensidade nas últimas quatro décadas de capitalismo avançado e tardio. É em grande medida a fragmentação/diferenciação social que estrutura uma fragmentação territorial.

Esse processo de personalização orienta toda a configuração da estrutura motivacional do *gentrifier* e aplica-se no âmbito das práticas inerentes ao processo de gentrificação, na medida em que o sucesso das áreas centrais da cidade e a eficácia do seu eixo de atratividade territorial variam em razão direta do grau de satisfação daquele processo de personalização. Este domina profundamente todos os aspectos subjacentes ao fenómeno da gentrificação (possibilidade de apropriação dos aspectos históricos, patrimoniais e arquitetónicos das áreas antigas da cidade), uma vez que, doravante e na esfera da oferta por parte dos promotores

imobiliários e no campo da produção em geral, todos estes se fixam na prioridade de maximizar a satisfação das motivações e desejos do *gentrifier*, entendido como indivíduo único na sua expressão singular.

Por outro lado, para se entender a importância do espaço na construção da identidade social terá que se partir do princípio de que a identidade se define e se afirma na diferença (Bourdieu, 1979). Assim, a identidade não pode representar uma contínua homogeneidade de práticas, valores e representações nos diversos domínios culturais, dada a poliforma de contextos situacionais que em si mesmos determinam a produção de expressões identitárias particulares. É necessário entender-se que o efeito de convergência de práticas sociais e culturais na condição do que é ser *gentrifier* é suscitado pela própria condição e não à partilha conjunta das mesmas situações socioeconômicas. A compreensão do

espaço-bairro histórico enquanto meio construtivo da identidade do *gentrifier* não se coaduna com a aplicação de uma teoria classista, uma vez que contrariaria a própria essência da identidade que, por natureza, se afirma e define na diferença e no particular, nunca através de práticas culturais e sociais homogêneas induzidas e condicionadas pelo meio da classe socioeconômica. Essa perspectiva analítica tem gozado de vantagens evidentes nos últimos escritos sobre a gentrificação, contudo, não resolve as dificuldades de explicação da pluralidade discrepante de práticas, estratégias e motivações de consumo no interior da mesma classe. Porém, e ainda assim, dá conta das transformações inerentes à geografia da apropriação social do espaço urbano na sociedade e economia tardiomodernas e, simultaneamente, da incapacidade dos modelos teóricos tradicionais adotados com o objetivo da sua explicação.

Luís Mendes

Mestre em Estudos Urbanos pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É Investigador Permanente no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

luis.mendes@ceg.ul.pt

Nota

- (1) Ver referências fundamentais da literatura científica dedicada à pós-modernidade e com influência na Geografia: Harvey (1989, 1996); Dear, (2000); Dear e Flusty (2002); Soja (1989, 2001); Benko e Strohmayer (1997); entre outros.

Referências

- ASCHER, F. (1998). *Metapolis. Acerca do Futuro da Cidade*. Oeiras, Celta.
- BARATA SALGUEIRO, T. (1994). Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana. *Finisterra*, v. 29, n. 57, pp. 79-101.
- _____ (1997). Lisboa: metrópole policêntrica e fragmentada. *Finisterra*, v. 32, n. 63, pp. 179-190.
- _____ (1998) Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. *Inforgeo*, n. 12/13, pp. 225-235.
- _____ (1999). Ainda em torno da fragmentação do espaço urbano. *Inforgeo*, n. 14, pp. 65-76.
- _____ (2001). *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Oeiras, Celta.
- _____ (2002). “Espacialidades e temporalidades nas áreas urbanas”. In: BARATA SALGUEIRO, T. (org.). *Olhares Sobre o Território e a Espacialidade*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- BAUMAN, Z. (1995). *Life in Fragments. Essays in Postmodern Morality*. Oxford, Polity Press.
- _____ (2000). *Liquid Modernity*. Oxford, Polity Press.
- _____ (2004). *Identity (Conversations with Benedetto Vecchi)*. Oxford, Polity Press.
- BEAUREGARD, R. (1986). “The chaos and complexity of gentrification”. In: SMITH, N. e WILLIAMS, P. (ed.). *Gentrification of the City*. Londres, Allen & Unwin.
- BENKO, G. e STROHMAYER, U. (ed.) (1997). *Space & Social Theory. Interpreting Modernity and Postmodernity*. Oxford, Blackwell.
- BOURDIEU, P. (1979). *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris, Minuit.
- _____ (1989). *O Poder do Simbólico*. Lisboa, Difel.
- BOWLER, A. e MCBURNEY, B. (1991). Gentrification and the avant-garde in New York’s East Village: the good, the bad and the ugly. *Theory, Culture & Society*, v. 8, n. 4, pp. 49-77.
- BUTLER, T. (1997). *Gentrification and the Middle Classes*. Aldershot, Ashgate.
- BUTLER, T. e ROBSON, G. (2001a). Coming to terms with London: middle-class communities in a global city. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 25, n. 1, pp. 70-85.
- _____ (2001b). Social capital, gentrification and neighbourhood change in London: a comparison of three south London neighbourhoods. *Urban Studies*, v. 38, n. 12, pp. 2145-2162.
- CACHINHO, H. (2006). Consumactor: da condição do indivíduo na cidade pós-moderna. *Finisterra*, v. 41, n. 81, pp. 33-56.
- CALDEIRA, T. (2008). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Edusp.
- CARLOS, A. F. (1994). “A natureza do espaço fragmentado”. In: SANTOS, M. et al. (org). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucitec.
- _____ (2007). *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo, Labor.
- _____ (2008). “A metrópole entre o local e o global”. In: ANTONIA DA SILVA, C. e CAMPOS, A. (org). *Metrópoles em mutação. Dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva*. Rio de Janeiro, Revan.

- DEAR, M. (2000). *The postmodern urban condition*. Oxford, Blackwell.
- DEAR, M. e FLUSTY, S. (2002). *The spaces of postmodernity. Readings in human geography*. Oxford, Blackwell.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. (1995) [1966]. *O Anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa, Assírio & Alvim.
- _____ (2004) [1972]. *Mil Planaltos. Capitalismo e esquizofrenia 2*. Lisboa, Assírio & Alvim.
- FORTUNA, C. (1994). "As cidades e as identidades: patrimónios, memórias e narrativas sociais". In: SANTOS, M. L. L. (coord.). *Cultura e economia*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- GRAHAM, S. e MARVIN, S. (2001). *Splintering Urbanism. Networked Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition*. Londres, Routledge.
- HALL, S. (2005). *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A.
- HARVEY, D. (1989). *The condition of postmodernity. An enquiry into the origins of cultural change*. Oxford, Blackwell.
- _____ (1996). *Justice, nature and the geography of difference*. Oxford, Blackwell.
- LEES, L.; SLATER, T. e WYLY, E. (2008). *Gentrification*. Londres, Routledge.
- LEY, D. (1986). Alternative explanations for inner-city gentrification: a canadian assessment. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 76, n. 4, pp. 521-535.
- _____ (1994). Gentrification and the politics of the new middle class. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 12, n. 1, pp. 53-74.
- _____ (1996). *The new middle class and the remaking of the central city*. Oxford, Oxford University Press.
- LIPOVETSKY, G. (1983). *A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa, Relógio d'Água.
- MENDES, L. (2008). *A nobilitação urbana no bairro alto: análise de um processo de recomposição socio-espacial*. Tese de Mestrado. Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, Edições EyeImage.
- _____ (2010). O contributo de Neil Smith para uma geografia crítica da gentrificação. *E-metropolis – Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, pp. 21-33.
- MIGUEL DO CARMO, R. (2006). *Contributos para uma Sociologia do Espaço-Tempo*. Oeiras, Celta.
- NAVEZ-BOUCHANINE, F. (2002). "La fragmentation: sources et définitions". In: NAVEZ-BOUCHANINE, F. (ed.). *La fragmentation en question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale?* Paris, L'Harmattan.
- NICOLAS, D. (1994). "Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização". In: SANTOS, M. et al. (org). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucitec.
- POCHE, B. (1998). *L'Espace Fragmenté*. Paris, L'Harmattan.
- RAPOSO, R. (2002). *Novas paisagens: a produção social de condomínios fechados na área metropolitana de Lisboa*. Lisboa, ISEG/UTL.

- REMY, J. (2002). "La fragmentation ou métamorphose de la ville". In: NAVEZ-BOUCHANINE, F. (ed.). *La fragmentation en question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale?* Paris, L'Harmattan.
- SANTOS, M. (1988). *Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo, Hucitec.
- _____(1994). "O Retorno do Território". In: SANTOS, M. et al. (org). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucitec.
- _____(2006). *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo, Hucitec.
- SAVAGE, M. e WARDE, A. (1993). *Urban sociology, capitalism and modernity*. Londres, Macmillan.
- SIMMEL, G. (2009) [1903]. "A metrópole e a vida do espírito". In: SIMMEL, G. *Psicologia do dinheiro e outros ensaios*. Lisboa, Edições Texto & Grafia.
- SMITH, N. (1996). *The new urban frontier. Gentrification and the revanchist city*. Londres, Routledge.
- _____(2001). "Rescaling politics: geography, globalism, and the new urbanism". In: MINCA, C. (ed.). *Postmodern geography. Theory and praxis*. Oxford, Blackwell.
- _____(2002). New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. *Antipode*, v. 34, n. 3, pp. 427-450.
- _____(2005). "El redimensionamiento de las ciudades: la globalización y el urbanismo neoliberal". In: HARVEY, D. e SMITH, N. (eds.). *Capital financiero, propiedad inmobiliaria y cultura*. Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona.
- SOJA, E. (1989). *Postmodern geographies. The reassertion of space in critical social theory*. Londres, Verso.
- _____(1994). "O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA.: virando Los Angeles pelo avesso". In: SANTOS, M. et al. (org). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucitec.
- _____(2001). "Exploring the postmetropolis". In: MINCA, C. (eds). *Postmodern geography: theory and praxis*. Oxford, Blackwell.
- SOUSA SANTOS, B. (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto, Edições Afrontamento.
- SPOSITO, M. E. (2011). "A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais". In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. e SPOSITO, M. E. (org). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo, Contexto.
- VILLAÇA, F. (1998). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Nobel.

Texto recebido em 12/mar/2011

Texto aprovado 25/mar/2011

